

VI Congreso Chileno de Antropología. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, Valdivia, 2007.

Identidad y Memoria: El Paisaje como Patrimonio Inmaterial.

Tania Magno.

Cita:

Tania Magno (2007). *Identidad y Memoria: El Paisaje como Patrimonio Inmaterial*. VI Congreso Chileno de Antropología. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, Valdivia.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/vi.congreso.chileno.de.antropologia/169>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eCzH/Wom>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Bibliografía

ANDERSON, Benedict. 1993. *Comunidad imaginada. Reflexiones sobre el origen y la definición del nacionalismo*. México, Fondo de Cultura Económica.

CHATTERJEE, Partha. 2000. «El nacionalismo como problema en la historia de las ideas políticas». *La invención de la nación. Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha*. Ed. Fernández Bravo, Álvaro. Buenos Aires, Ediciones Manantial. 123-164.

CONSEJO ANDRÉS BELLO, *Convocatoria a VI Premio CAB Somos Patrimonio*. En <<http://www.cab.int.co>>, visitado el 7 julio de 2006.

CUCHE, Denys, 1999. *La noción de cultura en las ciencias sociales*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión.

DANNEMANN, Manuel, 1975. «Teoría folklórica. Planteamientos críticos y proposiciones básicas». VV. AA., *Teorías del folklore en América Latina*. Caracas, INIDEF.

GONZÁLEZ MARABOLÍ, Fernando. 1994. «El canto a la daira o cueca tradicional». *Chilena o cueca tradicio-*

nal de acuerdo con las enseñanzas de Fernando González Marabolí. Claro Valdés, Samuel. Santiago de Chile, Ediciones Universidad Católica de Chile. 72-189.

OCHOA, Ana María. 2003. *Músicas locales en tiempos de globalización*. Buenos Aires, Grupo Editorial Norma.

PARRA, Violeta. 1957. *La cueca presentada por Violeta Parra. El Folklore de Chile volumen III* (recurso sonoro). Santiago de Chile, EMI Odeón Chilena.

ROJO, Grínor, SALOME, Alicia y ZAPATA, Claudia. 2003. *Poscolonialidad y Nación*. Santiago de Chile, LOM Ediciones.

TORRES, Rodrigo (editor). 2005. *Aires Tradicionales y Folklóricos de Chile*. Santiago de Chile, Universidad de Chile, Facultad de Artes, Centro de Documentación e Investigación Musical.

UNESCO, *Convención Para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial*. <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540s.pdf>>, visitado el 17 julio de 2006.

Identidad y Memoria: El Paisaje como Patrimonio Inmaterial

Identity and Remembrance: landscape as an Immaterial Patrimony

Tania Magno*

Resumen

El presente texto tiene por objetivo contribuir a los estudios respecto del tema del patrimonio inmaterial, por medio del reconocimiento del valor simbólico del paisaje natural para la construcción de la identidad social y cultural de las comunidades. La noción de pertenencia es la idea que hace importante el valor simbólico del paisaje natural para la construcción de la identidad y de la representación de un pueblo o de una nación. Este estudio discute la relación entre la identidad y la memoria en el caso de la preservación del patrimonio cultural del río San Francisco, hoy amenazada por las varias represas hechas en su cauce.

Palabras Claves: Identidad, memoria, patrimonio inmaterial, paisaje.

Abstract

This communication aims to contribute to the study of the immaterial patrimony' issue by the recognizing of natural landscape's symbolic value for the construction of both community's identities social and cultural. The study here presented discusses the relationship between identity and remembrance in the empirical case of San Francisco river's cultural patrimony preservation. As this river is now a day threatened by the several crawls that has been built in its watercourse, this study analyses the consequences of these material interventions on both the river man's identity and the immaterial patrimony built around river's natural environment.

Keywords: Identity, remembrance, immaterial patrimony, landscape.

* Doctora en Ciencias Sociales; profesora y analista en Sociología de la Universidad de Sergipe– Brazil. taniamagno@uol.com.br

O objetivo do presente artigo é contribuir para os estudos sobre patrimônio imaterial, a partir da relação paisagem natural, identidade e memória. O estudo discute o valor simbólico representado pela paisagem natural para a construção da identidade sócio-cultural de uma comunidade. A paisagem natural, como mostram vários estudos, tem um valor simbólico importante no processo de identidade e de representação de um povo ou nação, pois está ligada a noção de pertencimento. O estudo discute como o processo de interação entre sociedade e natureza para a consolidação do sentido de pertencimento de uma população a um local é determinado pelo valor simbólico afetivo que se tem com o mesmo.

Trata-se de uma reflexão sobre a importância que o rio São Francisco, que banha cinco estados brasileiros, tem na construção da identidade do homem ribeirinho e como o meio natural, no caso específico, o rio e a paisagem de seu entorno, é um rico e imprescindível patrimônio a ser preservado.

Os referenciais empíricos aqui utilizados são resultados de pesquisas realizadas na região do baixo São Francisco sobre a relação paisagem, identidade e memória e sobre desenvolvimento e meio ambiente, e também de pesquisas feitas na literatura ficcional, nos ditos populares, no cancionário popular entre outros materiais de consulta.

1 - Paisagem e identidade

A paisagem, conforme a definição do professor Milton Santos (1996, p. 83) e que me parece bem apropriada para a presente reflexão, «é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. (...)» a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal.

A paisagem nos fala sempre sobre as sucessivas relações entre homem e natureza de forma localizada e nesta relação há um momento determinado e uma temporalidade que estabelecem sua importância. Portanto, podemos de certa forma afirmar que há tantas paisagens quanto os olhares que se debruçam sobre elas, porque na verdade são os olhos de nossa faculdade imaginária que a codificam e estabelecem com ela vínculos amorosos.

Simon Schama ao escrever *Paisagem e Memória* (1996) nos conduz ao mundo fantástico que a natureza representa para a construção de nossa identidade e

como a identidade que estabelecemos com um lugar está repleta de significados simbólicos basilares para que se estabeleça um sentido de pertencimento a um lugar. Assim, podemos, mesmo sem nunca ter de fato estado lá ou visto o lugar que construímos em nosso imaginário como nosso referendado, estabelecer com o mesmo uma vinculação amorosa simbólica de ancestralidade, de identidade, de pertencimento. Estes referenciais são patrimônios imateriais insubstituíveis, quase sagrados, funcionam como uma espécie de avatar que representa e dá sentido à nossa ancestralidade como espécie.

Não apenas o homem do mundo rural tem uma relação muito próxima com a natureza e constrói uma cosmogonia de mundo diretamente associada e referendada pela paisagem natural que o cerca, nós habitantes e crias do mundo urbano, de concreto e cimento, planejado e cercado por uma natureza humanizada, também nos refugiamos e buscamos sempre nossa Arcádia perdida num imaginário representativo do mundo natural. Onde quer que estejamos são as imagens deste mundo que embalam nossos sonhos no mito do eterno retorno (Eliade, 1968). Essas imagens tendem a permanecer vivas em nossa memória e estabelecerem um vínculo com nossas heranças ancestrais, mesmo que nunca tenhamos de fato tido relações diretas e reais com essas paisagens e que estas sejam apenas produtos de uma construção idealizada. Elas estão a nos indicar quem somos e a nos conduzir a nunca apaga-las da memória, pois é através desse encontro que construímos nossa identidade.

Há, nesse sentido, uma relação homem - natureza que marca nossa origem. Os moradores de uma megalópole, mesmo nascidos num mundo de concreto e cimento armado, de jardins planejados, de um falso mundo natural, porque já humanizado, transformado, ainda são embalados pela idéia de um paraíso perdido (Holanda, 1994), representado hoje pelo mito moderno da natureza intocada (Diegues, 1994). Essa imagem funciona como uma espécie de talismã de identidade, de pertencimento.

Schama (1996) reflete sobre a importância que a paisagem tem na construção de nossa identidade e a relaciona com os devaneios da memória. Há segundo este autor, sempre em nossas lembranças, um rio, uma floresta, um monte, uma árvore, um jardim, ou até mesmo um deserto. Estamos sempre buscando uma Arcádia perdida como referendado de nosso lugar.

Ao recordar sua infância Simon identifica-se como sujeito portador de uma história e de um lugar referencial

através do imaginário de uma floresta construída pacientemente por doações que se transformavam como encantaria em Cedros, Cedros Salomônicos. É esta a fragrância que o ligava a sua origem, que lhe garantia ser mais que o produto de uma diáspora perversa. Era como se a fragrância desta planta guardasse a memória de seu povo e sua história. Conta-nos o autor:

Quando não estava chapinhando nas correntezas do tempo, eu ficava colando pequenas folhas verdes numa árvore de papel que haviam fixado na parede de meu cheder, na escola hebraica. Cada seis pence coletados para a caixa azul e branca do Fundo Nacional Judaico mereciam uma folha. Completada a volumosa fronde, despachava-se a caixa e, conforme nos prometeram, plantava-se uma muda de árvore no solo da Galiléia, com o nome de nossa classe pregado num dos raminhos verdes (...) As árvores eram nossos imigrantes por procuração, as florestas nossa implantação (...) nunca soubemos exatamente para que seriam todas aquelas árvores. O que sabíamos era que uma floresta com raízes constituía a paisagem oposta à de um lugar de areia carregada pelos ventos (...) Assim, o que mais Israel poderia ser, senão uma floresta alta e arraigada no chão?(1996, pág. 15 e 16)

Embora o autor e seus colegas nunca houvessem sido informados acerca do tipo de árvores que haviam sido plantadas (se é que haviam sido plantadas) no solo de Israel, eles imaginavam a planta pela fragrância de um símbolo sagrado: «achávamos que eram cedro, cedro salomônico: a fragrância do templo de madeira. Tudo que sabíamos era que criar uma floresta judia significa voltar à origem de nosso lugar no mundo, ao berço da nação».

Como afirma Bachelard em *A Água e os Sonhos* (1989), o indivíduo não é a soma de suas impressões gerais, é a soma de suas impressões singulares e a terra natal bem pode ser um granito ou uma terra, um vento ou uma seca, uma água ou uma luz. É nela que nossos devaneios se materializam, os sonhos adquirem substância; «é a ela que pedimos nossa cor fundamental».

Refletindo sobre os devaneios da matéria, Bachelard encontra-se como um sonhador de águas doces: «Sonhando com o rio, consagrei minha imaginação à água que enverdece os prados. Não posso sentar a beira de um riacho sem cair num devaneio profundo, sem rever minha ventura».

Os rios nos contam sempre uma história. No rumor de suas águas, nem sempre mansas, podemos deslindar nossa própria história e, se formos um pouco mais atentos até prevermos nosso futuro. Tudo está refletido no espelho das águas, para enxergar basta que libertemos a capacidade imaginativa de nossa mente. E, novamente recorremos a Bachelard para refletir sobre o patrimônio imaterial legado pela natureza das águas e a supremacia da águas doces:

O rio malgrado seus mil rostos, recebe um destino único; sua fonte tem a responsabilidade e o mérito de todo o curso. A força vem da fonte. A imaginação quase não leva em conta os afluentes. Ela quer que uma geografia seja a história de um rei. O sonhador que vê passar a água evoca a origem lendária do rio, sua fonte longínqua (1989, p. 158)

Creio que o depoimento de Josué de Castro (1967) sobre as imagens que marcaram sua infância é bem ilustrativo a respeito dessa questão:

Criei-me nos mangues lamacentos do Recife cujas águas fluindo diante dos meus olhos ávidos de criança, pareciam estar sempre a me contar uma longa história. O romance das longas aventuras de suas águas descendo pelas diferentes regiões do Nordeste; pelas terras cinzentas do sertão seco, onde nasceu meu pai e de onde emigrou na seca de 77 com toda a família, e pelas terras verdes dos canaviais da zona da mata, onde nasceu minha mãe, filha de senhor de engenho. Esta era a história que me sussurrava o rio com a linguagem doce de suas águas (...) Eu ficava horas e horas imóvel sentado no cais, ouvindo a história do rio, fitando suas águas correrem como se fosse uma fita de cinema.

Foi o rio o meu primeiro professor de história do Nordeste. A verdade é que a história do Nordeste me entrou muito mais pelos olhos do que pelos ouvidos. Entrou-me por dentro dos meus olhos ávidos de criança sob a forma destas imagens que estavam longe de serem claras e risonhas.

O caráter afetivo da relação sociedade-natureza (Rieper, 2001), consolida-se na medida em que esta, representada por um rio, uma serra, um lago, uma praia, um campo, uma floresta, constitui uma parte significativa da história de vida das pessoas que a partir da construção de uma complexa e delicada teia de relações sociais, com ela se relacionam, formando como consequência um sistema de valores culturais. O ambiente natural adquire um valor cultural, afetivo,

povoando o imaginário com memórias e fantasias que ajudam as pessoas a se reconhecerem como sujeitos sociais.

Há uma relação direta entre cultura, sociedade e natureza e, portanto, entre paisagem, identidade e memória que estão na base de um acervo representativo, tanto das culturas como dos indivíduos que as vivenciam, do que se denomina de patrimônio imaterial. A natureza esclarece Chauí (2006, p. 104):

...é o conjunto de tudo que existe sem os humanos e é percebido por eles como o meio e o ambiente no qual vivem, significando tanto o conjunto das condições físicas onde vivemos como aquelas coisas que contemplamos com emoção (a paisagem, o mar, o céu, as estrelas, terremotos, eclipses, tufões, erupções vulcânicas). Ela é o mundo visível como meio ambiente externo, mesmo que nos afete interiormente.

A ação humana na natureza a transforma em cultura, ou seja, em produto de uma vontade, em resultado do trabalho humano, mas mesmo transformada ela continua a ter um significado simbólico como se permanecesse em seu estado natural, pois guardamos na memória o que não mais existe como se ainda lá estivesse, e mais, criamos a partir de nossa capacidade imagética um real imaginário que será nosso ponto de referência e de identidade.

Creio que Chauí (2006) foi muito feliz ao definir a natureza como o reino da necessidade causal, do determinismo e a humanidade ou cultura como o reino da finalidade livre, das escolhas voluntárias e racionais, dos valores, da distinção entre o bem e o mal, verdadeiro e falso, justo e injusto, sagrado e profano, belo e feio. A cultura é reino da vontade, que se expressa nas diferentes e em variadas formas da vida social, que é coletiva e individual, está no todo e nas partes. É como afirma Chauí, «a relação dos humanos com o tempo e no tempo» (Op. Cit. 107).

A cultura como sistema de significação (Geertz, 1989), é um fenômeno psicológico, com estruturas de significado estabelecidas socialmente. É resultado da estrutura cognitiva de alguém que pode ser reconhecida e identificada dentro de um sistema simbólico (Rieper, 2001).

As manifestações folclóricas e as festas populares são importantes representações do sistema valorativo de um grupo, mas a cultura não se reduz a estes tipos de manifestações, vai muito além. Está presente em todo o processo de interação e relação social, dá sentido e significado a vida social, portanto o meio natural, a

paisagem que emoldura a vida social de um grupo integra o universo cultural deste.

Como o estudo de Rieper (2001) nos mostra, as atividades produtivas do Baixo São Francisco são um referencial cultural muito forte para as populações locais, pois agregam tradição e experiência e definem todo um modo de ser do homem beiradeiro.

A cultura do ribeirinho é uma cultura das águas, da paisagem. Uma cultura dos rios de águas doces, outras não tão doces e próximo a foz, no caso a foz do rio São Francisco, as águas já salgadas do oceano. Um universo de águas no cerne de sua formação cultural, na elaboração dos mitos de origem.

Embasados no devaneio bachelardiano sobre a matéria, podemos afirmar que o rio é o lugar onde a água é água. A sua matéria constitutiva é água. Sua carne, sua alma, tudo no rio é água. Por detrás do olhar do rio há um mundo de signos, de seres, de mistérios. Há um mundo de lendas, mitos e encantarias. O rio torna-se assim um ser vivo.

Rieper (2001) em seu estudo sobre a cultura dos beiradeiros do rio São Francisco ressalta que há uma relação afetiva com o rio na medida em que este constitui uma parte significativa da história de vida dos ribeirinhos, povoando seu imaginário com memórias, fantasias que ajudam estas pessoas a se reconhecer como sujeitos sociais.

O rio é associado às emoções pelo sentimento que as formas de viver no lugar evocam – por exemplo, o rio tem animação porque lembra a história da pesca na sua família, ou o rio hoje traz tristeza, dando idéia de solidão, porque se viaja pelo rio e não se cruza com ninguém (2001, p. 06).

2 - Homem e natureza: Antagonismo e utopia

João de Jesus Paes Loureiro, em sua obra *Cultura amazônica. Uma poética do imaginário* (2001) aborda a relação histórica conflitiva entre o homem e a natureza. Ou, entre a cultura humana e o mundo natural. Lembra-nos o autor que:

A natureza havia no princípio. O homem veio depois. Confrontaram-se, enfrentaram-se, alternaram-se, modificaram-se, transfiguraram-se. Uma lenta perda da inocência e ingresso na história.

Ao longo do tempo, as tensões entre os homens e com a natureza foram crescendo e se renovan-

do, na dinâmica de um dilema fundador: domínio ou submissão dominante. Uma tensão agônica e desmedida de mitos e exorcismos. Ora a natureza impondo-se ao homem. Ora o homem que a ela se impõe (Op. Cit. 15).

Herdamos do pensamento iluminista a interpretação bíblica da supremacia dos homens frente às outras espécies vivas, da subjugação da natureza pelos homens, conforme seus interesses e necessidades. Há um antagonismo latente, neste modo de ver, entre o homem e a natureza. Entre o social e o natural.

O mundo natural, ou melhor, dizendo, a natureza é apresentada como uma ameaça e, portanto, é preciso dominá-la, escravizá-la, subjuga-la. Este olhar antropocêntrico faz com que nos afastemos do mundo natural e o coloquemos a serviço de nossos interesses. A sua destruição é justificada como necessária para nossa sobrevivência, considera-la um patrimônio que deve ser preservado, não raro, é visto como uma ação contrária à lógica de nossa civilização.

Não faltam exemplos desta visão antagonista entre o mundo natural e o social em nossa literatura, especialmente a que foi produzida nos séculos XVIII e XIX, quando a retórica do progresso e a palavra «moderno» tornou-se uma panacéia. São inúmeros os romances e até relatos de viajantes que reforçam a idéia dos «perigos» que existem na natureza e a importância dos homens «intervirem» para modificá-la, humanizando-a. Transformando-a em produto da cultura humana.

Herdeiros que somos do pensamento iluminista tudo que estiver ligado ao mundo natural, é visto de acordo com esta lógica de dominação/destruição/subjugação. Por isso os animais, as espécies vegetais e os minerais devem servir aos interesses humanos e quando se colocam como empecilhos ao avanço da civilização, devem e podem ser eliminados. Nestes casos, até mesmo as sociedades humanas que não comungam desses princípios são vistas como parte desse mundo natural e ao resistirem às transformações impostas pelo avanço do progresso e da modernização, também são colocadas na lista do que deve ser eliminado. Neste rol estão incluídas as sociedades indígenas, coletoras, caçadoras, extrativistas.

Keith Thomas em *O Homem e o Mundo Natural* (1988), ao analisar a relação do homem com o mundo natural na Inglaterra no período de 1500 a 1800, chama a atenção para o predomínio do homem sobre o mundo animal e vegetal, que foi «afinal de contas, uma pré-condição básica da história humana».

Segundo Thomas a passagem da Inglaterra da vida rural, da natureza selvagem, para o domínio da agricultura e a domesticação do mundo natural foi resultado da limpeza das florestas, do cultivo do solo e da conversão da paisagem agreste em terra colonizada pelo homem. Esta era uma premissa básica da Inglaterra da época Tudor. Para os ingleses de então, «a preservação artificial dos cumes incultos teria parecido tão absurda como a criação de santuários para pássaros e animais selvagens que não podiam ser comidos ou caçados» (Op. Cit. 17).

Warren Dean, em *A Ferro e Fogo. A História e Destruição da Mata Atlântica Brasileira* (1996) chama a nossa atenção para essa questão ao questionar-se sobre a pertinência de sua obra: *A história e destruição da Mata Atlântica brasileira*.

Por que não tentar escrever a história de uma floresta, de um domínio ameaçado da natureza, cujo desaparecimento, em sua maior parte, ocorreu numa época histórica?

Será possível uma história da floresta? Talvez não. A história tradicionalmente trata de ambições, satisfações e frustrações humanas. Como pode haver um relato da «história» de outras espécies quando, devemos supor, suas ações careciam de qualquer outra intenção além de procriar e sobreviver? Seria mais cômodo afirmar que outras espécies nessa planície sombria não podem desempenhar qualquer papel no teatro da história humana salvo o de cenário, mesmo quando a peça é sobre a eliminação do cenário. A natureza, ainda quando a ambição humana se volta contra ela, continua a ser um objeto. O pathos de Sísifo é totalmente seu; nenhum pathos é atribuído à sua pedra. (pág. 21-22)

Como esclarece Thomas (1988), desde os tempos dos anglo saxões, a Igreja cristã na Inglaterra colocou-se contra o culto das nascentes e dos rios. As divindades pagãs do bosque, da corrente e da montanha foram expulsas, deixando assim desencantado o mundo, e pronto para ser formado, moldado e dominado.

Para Marx (1979), não foi a sua religião, mas o surgimento da propriedade privada e da economia monetária, o que conduziu os cristãos a explorar o mundo natural de uma forma que os judeus nunca fizeram. A esse processo ele denominou de «a grande influência civilizadora do capital», que finalmente desencantou o mundo.

A exploração do meio natural, contudo é muito antiga. Os antigos romanos a praticavam de modo mais eficaz

que os seus sucessores medievais cristãos. Muitos países cuja religião prega o culto à natureza e o respeito a todos os seres vivos, como é caso do Japão e da Índia não ficaram imunes à poluição industrial e a destruição ambiental. Neste sentido, parece que a assertiva de Marx sobre o conflito de interesses entre a expansão do capital e a preservação ambiental é mais consistente que apenas o mito judaico-cristão, embora não se possa negar o peso que este teve e ainda tem na formação das mentalidades.

3 - Rio São Francisco: intervenção humana e patrimônio imaterial

O aproveitamento do potencial energético do rio São Francisco tem se concretizado numa política agressiva e autoritária (CAPPIO et alli, 1993), cumprindo a meta estabelecida pelo projeto de modernização conservadora implementado na década de 1970, pelos governos militares, com a justificativa de viabilizar o Nordeste do ano 2000, ou como ficou mais conhecido, viabilizar o chamado Novo Nordeste.

As declarações e a publicidade oficiais veiculadas no período do regime militar (Carvalho, 1987) enfatizavam o Nordeste como alvo de atenções e intervenções bastante especiais, a partir da implementação de um vasto conjunto de políticas, programas e projetos, justificados fundamentalmente, em nome do desenvolvimento regional e da necessidade de criação de condições de convivência com as secas e a conseqüente melhoria das condições de vida da população.

O marco para as transformações mais profundas inicia-se com a construção de grandes hidrelétricas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, bem como pela implantação de programas federais visando à modernização da agricultura, sobretudo no setor de irrigação, com o aproveitamento das águas das grandes barragens (Silva e Fonseca, 2000).

A construção das usinas hidrelétricas de Três Marias, Sobradinho e Itaparica, além dos graves conflitos sociais gerados pela imposição governamental de remoção das populações das localidades a serem inundadas pelos lagos que iam ser formados, fazendo submergir na fúria das águas todo um patrimônio cultural e simbólico construído ao longo de centenas de anos e basilar para a identidade dos grupos, causaram graves problemas ambientais para a região, alterando definitivamente o sistema natural de cheias e vazantes do rio São Francisco, comprometendo a reprodução de várias espécies de peixes e a vida dos tradicionais «beiradeiros», que

viviam tanto da pesca artesanal como da agricultura da várzeas do rio. (Oficina do São Francisco, 1992).

Para se ter uma idéia da dimensão dos impactos gerados por essa sucessão de obras, que culminou com a construção e funcionamento da Hidrelétrica de Xingó (1993), entre os estados de Alagoas e Sergipe, e tornou o rio intransponível como via de navegação, fazendo com que a área alagada desaparecesse do mapa imaginário das populações ribeirinhas (RIEPEP, 2001), é importante atentar para o fato de que na região banhada pelo «velho Chico» e seus afluentes viviam até o final do século passado aproximadamente 13 milhões de habitantes, cerca de 10% da população brasileira da época. Em seus 3.161 quilômetros de extensão, desde sua nascente no chapadão da Zagaia, alto da serra da Canastra em Minas Gerais, até a sua desembocadura no Oceano Atlântico, o rio São Francisco banha cinco estados brasileiros: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, tendo 58% de seu curso em pleno «Polígono das Secas».

É sobre esse universo de águas doces que populações ali estabelecidas há remotas épocas¹ vem construindo e deixando todo um patrimônio cultural referencial de vida e que não é considerado quando se vai interferir no meio natural. O valor simbólico de um lugar é imperceptível aos olhos dos planejadores e gestores públicos e, portanto, não é considerado como patrimônio a ser preservado.

O valor de um lugar para os que nele vivem e interagem e no qual deixam gravadas as suas histórias de vida, não pode ser medido pela contabilidade simplista dos planejadores e gestores governamentais, nem ser submetido aos frios interesses do capital, não há números que mensurem o valor afetivo de um lugar e não há ações mitigadoras que preencham o vazio deixado. O estado de anomia (Durkheim, 1995) em que, não raro, passam a viver as comunidades quando obrigadas, ao toque de caixa e replicar de sinos, a deixarem sua terra natal e migrarem forçados para outros lugares, por mais belos que estes possam ser, ou se apresentem aos olhos de seus criadores, deve ser entendido e analisado com um dos mais drásticos problemas de ordem ambiental e de preservação do patrimônio, via de regra deixando seqüelas irreparáveis.

Em seu estudo sobre a relação entre desenvolvimento, meio ambiente e criminalidade, tendo como lócus de observação a cidade de Canindé do São Francisco e a construção da barragem de Xingó entre os estados de Alagoas e Sergipe, já no trecho final do rio, Maria do Socorro Carvalho M. Sá (2003), pode constatar como a

construção da barragem afetou a relação entre os moradores, desestruturou a dinâmica de vida local, comprometeu todo um universo referencial simbólico representado pelo rio e seu entorno com graves conseqüências para os moradores da localidade, que tiveram que abandonar suas casas e mudarem para uma nova Canindé, despida de referenciais valorativos e normativos de condutas e significados, incapaz de agregar as pessoas e dar às mesmas o sentido de comunidade que as identificava.

Conforme conclui a autora:

As mudanças ocorridas no município, não há como negar, refletiram de forma dramática no meio ambiente e na cultura de sua população, promovendo surpreendente elevação dos índices de pobreza, a despeito dos repasses de recursos financeiros cada vez mais altos (...). Além dos crimes de colarinho branco, a população passou a conviver com o aumento da criminalidade em geral, materializada em eventos trágicos, a exemplo da «chacina de Canindé», que envolveu o assassinato do prefeito, além de roubos e furtos (p. 114).

Na antiga sede que ficava na beira do rio, em um de seus mais belos trechos e onde o potencial de exploração de pesca era bem alto, o antigo prédio que servia de cadeia não tinha quase mais serventia, pois as poucas ocorrências registradas não passavam da prisão de algum morador por excesso de bebida. A pequena e antiga sede municipal, considerada tranqüila, guardava nas lembranças de seu passado não muito distante, os atos de violência cometidos tanto por cangaceiros do bando de Lampião, que por mais de 16 anos andou e se amoitou por aquelas bandas, como pelos soldados que compunham as volantes que os perseguiram.

Há toda uma história de vida que se identifica com essas imagens e lembranças, ora trágicas, ora agradáveis, mas que junto com o ambiente natural formado pelo rio e por uma vegetação típica de caatinga, compunham parte do acervo cultural que os identificava como beiradeiros do São Francisco, moradores de Canindé e dava sentido à vida local. Como semióforos² compunham o patrimônio cultural do lugar.

Nos depoimentos colhidos para seu estudo Maria do Socorro resgata imagens do passado que ficaram guardadas na memória dos moradores e que trazem à tona a relação de afetividade que mantinham com o lugar de origem e de identidade como ribeirinhos. O momento da partida para a nova moradia é assim descrito por uma moradora:

Chegou o dia da mudança. Muitos sofreram aquela triste despedida. Foi com dor no coração que aquela gente abandonou sua casa e se retirou de sua cidadezinha amada com destino a nova cidade. Cada um daqueles beiradeiros sonhava com melhores dias, uma condição melhor, e o que se vê hoje em dia é um injusto e inexplicável contraste, pois o município que nos tempos de penúria e indigência era um pai amoroso que se preocupava com seus filhos, nos dias atuais tornou-se um pai perverso e injusto para com seus descendentes que os têm mergulhado numa pobreza absoluta enquanto ele, o município, é detentor de grandes posses (2003, p. 65).

A nova Canindé trouxe também um novo morador, «estranho» aos hábitos e cultura local, portador de um habitus (Bourdieu, 1996) de vida nem sempre condizente com o esperado pelos antigos moradores, que embora despojados de seu lugar de origem e pertencimento ainda mantinham um sentimento de «nativos» a lhes aguçar a mente.

Martins (1993) em seu estudo sobre a chegada do estranho, é bem enfático a respeito dos conflitos que surgem e das perdas culturais e simbólicas que ocorrem nesse processo de assimilação/adaptação ao novo:

É preciso inverter a perspectiva. Essas populações têm vivido e sofrido impacto do estranho que não só invade territórios tribais e terras camponesas, confinando ou expulsando, mas também quebra linhagens de família, destrói relações sociais, clandestiniza concepções culturais, valores, regras – vitais para a sobrevivência de tribos indígenas e comunidades rurais. No mínimo, repositórios de concepções alternativas do humano, que nossa sociedade, em seu conjunto belicoso e violento, vem perdendo ou já perdeu. Assim como a devastação da floresta destrói definitivamente espécies vegetais úteis, a devastação ou a mutilação de grupos sociais diferentes do nosso suprime modos de viver e de pensar, bem como destrói saberes que representam um germe de alternativa para a desumanização acelerada que estamos vivendo (1993, p. 12).

É preciso considerar que uma vez alterados os padrões culturais e destruídos os elementos essenciais que servem de amálgama da vida grupal, também o processo interativo homem-natureza sofre mudanças, ficando o meio natural à mercê dos interesses da especulação capitalista.

Em estudo realizado numa região de várzea do rio São Francisco no estado de Alagoas, denominado Marituba (Silva, 1990), foi possível aquilatar como a relação com o meio natural adquire significados bem diferentes conforme o grau de envolvimento e de pertencimento que as pessoas tem com o mesmo. Apenas os que se sentem parte desse meio e estabelecem com o mesmo uma relação simbiótica é que se tornam guardiões do meio natural.

O caso da Várzea da Marituba é bem ilustrativo a esse respeito, pois a defesa do ambiente natural teve nos moradores da Marituba dos Peixes seus principais protagonistas. De um lado a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, que defendia a intervenção na área para a implantação de um projeto de irrigação, somado aos interesses da CODEVASF estavam os moradores bóias-frias e temporários dos canais da Marituba de Cima, cooptados pelas promessas de se tornarem futuros parceiros, além do bispo da cidade de Penedo e do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e de outro os moradores da Marituba dos Peixes.

O povoado Marituba dos Peixes tem, segundo os registros históricos (Mero, 1973), mais de duzentos anos de existência, surgindo em decorrência da abundância de peixes na várzea e tornando-se um aldeamento de pescadores. Uma complexa teia de relações parentais embasam as relações cotidianas e a organização social do povoado. Na localidade todos se conhecem e a parentela é muito numerosa, existindo nitidamente a identificação de «nosso grupo», manifestada quando se referem a eles próprios como «nós da Marituba de Baixo, ou do Peixe».

Este comportamento embasa-se nos laços de vizinhança e nos laços consangüíneos do parentesco, ou nos do apadrinhamento, elementos essenciais na identificação grupal. O termo «os daqui da Marituba» é muito utilizado quando querem que se torne clara a identificação e limites de seu universo.

Conforme esclarece o depoimento de uma moradora:

O povo daqui é meio aparentado um do outro. Meio não, são mais do que... cumé que se diz...quero dizer um meio e mais a metade. Você entendeu? Então o lugar tem metade mais um quarto, são parentes, vamos supor, um quarto só do lugar que são gente estranha... Aqui mesmo eu tenho muitos, vige! É na faixa de umas oitenta pessoas (1990,p. 34).

Ao contrário da Marituba do Peixe que se encontra amalgamada por laços tanto de parentesco, como

vicinais, de apadrinhamento, de interesses similares e de tradição, com uma estreita identificação com o meio ambiente natural da várzea, na Marituba de Cima a maioria dos moradores são recentes no lugar, todos vindos de fora do município e até de outros estados brasileiros, atraídos pelas oportunidades de trabalho nos canais, mesmo que temporariamente, sem laços de consangüinidade a identificá-los ou uni-los e nem sempre com interesses convergentes.

Para os moradores da Marituba de Cima os da Marituba do Peixe eram vistos como «privilegiados», pois tinham sua terra, viviam bem porque pescavam e não eram «cativos» da Usina. Não havia nenhum vínculo de identificação entre as duas populações, uma representava para a outra o «estranho». Os empregados volantes da Usina, moradores na Marituba de Cima não tinham nenhum vínculo de afetividade-identidade com a várzea, que não tinha nenhum significado simbólico para os mesmos que justificasse lutar contra o projeto da CODEVASF, muito ao contrário, nutriam na época do conflito uma esperança de se tornarem proprietários parceiros de algum lote irrigado.

E foi justamente essa não identificação com o meio natural da várzea que os responsáveis pela CODEVASF utilizaram como arma política de pressão para contrapor as duas localidades e ganharem o apoio dos bóias-frias.

O universo simbólico referencial de vida dos moradores da Marituba dos Peixes estava relacionado e circunscrito ao o ambiente das águas, com suas lendas e mistérios, com o conhecimento de todos os segredos dos nichos ecológicos que existem no universo escuro das águas da várzea. Do respeito ao tempo de pesca e de defeso. Ser Maritubano dos Peixes era ser defensor da várzea, pois é nela que está escrita a história de vida e a ancestralidade do povoado e foi esse patrimônio imaterial de representações simbólicas que eles defenderam e acabaram conseguindo transformar em área a ser preservada.

Em seu estudo sobre a percepção da paisagem na construção da identidade da população ribeirinha, Rieper (2001) resgata costumes, práticas e valores, todo um rico patrimônio cultural imaterial que aos poucos, à medida que o rio vai, devido aos impactos sofridos, perdendo sua importância econômica para a sobrevivência das comunidades locais, vão sendo abandonados e esquecidos.

A história da família de Dona Cabocla, moradora do povoado ribeirinho de Mato da Onça em Alagoas, revela como a permanência no lugar é um valor ainda a ser

defendido e mantido e foi corroborado por outros depoimentos:

«Meu marido, desde quando que eu cheguei aqui que já tinha o pai dele. Ele nasceu, se criou aqui, nunca saiu e então toda a vida dele é essa, nessa mesma terra» (2001, p. 28).

O único meio de transporte existente durante muito tempo foram as embarcações movidas à vela, que dependiam dos ventos para regular sua velocidade. Assim, uma viagem podia independente da distância ser feita em poucas horas ou até levar um dia inteiro ou mais. À medida que os chamados veículos do progresso vão chegando a esses lugares, antes isolados e regulados pelo ritmo da natureza, também novos valores vão sendo agregados e o isolamento vai ficando para um passado cada vez mais distante.

É o que o depoimento de Dona Maria José do povoado Bom Jardim, no município de Traipu em Alagoas confirma:

...antigamente ninguém andava, ninguém saía daqui. Antigamente não existia essas estradas, São Paulo era um bicho, mas agora não, São Paulo agora é caminho da roça. Antigamente, uma pessoa doente era difícil arrumar transporte, hoje não, ta tudo mais fácil, que fizeram a estrada, né? (2001, p. 28).

Do século XIX até a década de 1970, quando é iniciado o processo modernizador na região, as mudanças na vida econômica e também na vida cultural da região não transformaram de forma radical as referências que são a base de reprodução cultural desta população – o plantio de arroz nas várzeas inundáveis, a pesca artesanal, a policultura para o abastecimento local e/ou subsistência e os deslocamentos feitos através do rio nas embarcações a vela, que por sua vez, promoviam a integração entre as localidades do Baixo São Francisco (2001, p. 30).

A partir da de 1970 a região começa a ser transformada de forma rápida, decorrente tanto das sucessivas intervenções no meio natural, que alteraram o regime de cheias do rio, como da introdução de novos elementos na vida das localidades, como estradas de rodagem ligando os povoados às sedes municipais, ônibus e outros meios de transportes mais ligeiros, luz elétrica, escolas, entre outros. Muitos desses novos elementos são vistos como positivos pelas pessoas, como é o caso das estradas de rodagem, das escolas e da luz elétrica, pois hoje podem desfrutar de mais conforto. O passado contudo, nem sempre é analisado como melhor que o presente, e os chamados «produtos da modernidade»,

em geral são bem aceitos pela população beiradeira. Mas, a identidade das populações ribeirinhas continua ligada as atividades tradicionais e a muitos elementos e modos de vida que não existem mais.

A referendar a cultura beiradeira está tanto a pesca artesanal quanto a rizicultura feita nas várzeas que se formavam nas vazantes do rio, além de uma agricultura típica feita também com o rico húmus deixado pelas águas. Hoje, a pesca no rio e nas lagoas que existiam e se formavam nos períodos de cheias, bem como a rizicultura feita de modo tradicional mantém-se vivas apenas guardadas na memória dos mais velhos, contada aos mais jovens para que saibam como era tudo antes da destruição.

A destruição ambiental acelerada de toda a bacia hidrográfica do São Francisco e a construção de sucessivas barragens ao longo do rio alteraram não só o regime normal de cheias e vazantes, mas também afetaram significativamente a capacidade de exploração do rio. Algumas espécies de peixes desapareceram e outras estão se tornando raridades. Como desabafou um pescador da região de Própria; «Estamos comendo peixe congelado que vem até da Argentina. Cadê o Dourado? A Xira? O camarão? Num tem mais. Até peixe do mar que fica há mais de 50 quilômetros já ta entrando no rio. Ta tudo destruído».

A cultura do arroz era realizada tendo como marco regulador o regime de cheias do rio, tal como no Nilo, o São Francisco em seus períodos de cheias deixava um solo propício para este tipo de cultura, além de inundar lagoas e várzeas que também se enriqueciam de pescados e crustáceos. Esta atividade fazia com que o ribeirinho tivesse um estreito vínculo com o tempo da natureza e por ele regulasse também seu calendário de atividades econômicas e culturais. Os depoimentos de moradores e rizicultores são bem ilustrativos:

...mês de outubro ele enchia. Outubro, novembro, dezembro e janeiro, aí cabou as cheia. Quando o rio começava a secar, aí a gente metia o pau a plantar.

Começava a plantar no mês de abril pra maio, aí de outubro pra novembro era os cortes.

De forma mais detalhada Dona Cabocla, uma moradora da região, explica como era o processo de plantio do arroz:

A vazante é o seguinte: ali pra baixo daquela garoba, o rio vazava direto, ficava aquele lamerão, aquela lama. A gente ia e plantava arroz era com a lama por aqui (aponta a altura dos joelhos). A gente semeava o arroz, fazia aquele canteiro,

quando acabava ia mudar (refere-se a muda, onde o arroz é arrancado e transplantado). Aquele arroz cacheava, e a gente cortava, ia bater, botava num saco, botava dentro de casa. (Rieper, 2001, p. 34-35)

Em estudo realizado para avaliar os impactos sócio-ambientais resultantes da intervenção governamental no baixo São Francisco a partir da implantação de três Perímetros Irrigados pela CODEVASF em Sergipe (Silva, 2003), pôde-se constatar os resultados dessas ações desastrosas feitas para se tentar, no caso dos perímetros irrigados, amenizar os efeitos danosos e irreversíveis do processo modernizador na região. Os projetos não conseguiram nem alavancar o progresso na região, nem trouxeram grandes benefícios aos parceleiros, que em sua maioria encontram-se endividados com as instituições financeiras.

Embora hoje estejam incluídos na categoria de «irrigantes» e não dependam mais das cheias naturais do rio, o sentido de identidade e pertencimento ainda está diretamente vinculado às práticas tradicionais que durante séculos caracterizaram e moldaram o homem da região. Continuam se autodenominando e se identificando como beiradeiros, idealizando um tempo que não mais lhes pertence.

4 - Na proa de uma canoa por aqui ficamos

O tempo da natureza, de época de cheias e vazantes, das canoas de Tolda³ a percorrerem o rio de cima a baixo com seus panos de velas coloridos, suas carrancas de proa a espantarem os espíritos malignos das águas, levando encomendas, produtos, pessoas, arranjando namoros e maridos, amores clandestinos, novidades, cartas, animando os contadores de causos, sempre ao sabor dos ventos, é uma imagem ainda presente na lembrança de todos. Uma imagem que é mantida viva embora pertença ao passado, pois compõem o universo simbólico de uma paisagem que conta a história de vida dos antepassados. É um registro da ancestralidade através do qual os mais jovens lêem a sua própria história. Embora não mais regulem a vida dos parceleiros, nem deslizem mansas pelas águas do rio, as canoas de Tolda, símbolos da região, da cultura beiradeira, tal qual encantados ainda percorrem o rio na memória de todos como um patrimônio vivo a ser preservado.

São essas imagens imbricadas na paisagem do rio que dão sentido a vida local. São elas que caracterizam o

homem do baixo São Francisco. São, sem sombras de dúvida, um precioso patrimônio imaterial que não pode nem deve ser perdido.

Notas

¹ A história da ocupação do baixo São Francisco remete a uma série de fatos históricos, como a presença holandesa e a luta contra o quilombo dos Palmares, mas em termos econômicos é a história dos currais de gado e o processo de interiorização do Brasil, muito significativos no Brasil Colônia, que se destacam, pois são marcos fundadores de uma relação de convivência com as águas do rio. Vide Andrade (1998); Bergamini (1976); Carvalho (1937), entre outros.

² Semióforo é uma palavra de raiz grega. Semeion = sinal, Phóos = expor, carregar, brotar. Pode ser conceituado como alguma coisa ou algum acontecimento cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica, por seu poder para estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos, e destinados exclusivamente à visibilidade e à contemplação, porque é nisso que realiza sua significação e sua existência.

³ A última canoa de Tolda que existia no São Francisco, já estava sem circular e muito deteriorada, restaurada foi colocada em circulação em 2006, pela ONG Canoa de Tolda, que luta para preservar o patrimônio cultural do baixo São Francisco e defender os interesses dos moradores da região.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. C. de. 1998. *A terra e o homem no Nordeste*. Recife: Ed. UFPE.
- ARAÚJO, A. M. 1961. *Populações ribeirinhas do Baixo São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola.
- BACHELARD, G. de. 1989. *A Água e os Sonhos. Ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes.
- BERGAMINI, J. 1976. *Rio São Francisco, sua história e estórias*. Belo horizonte: comunicação.
- BOURDIEU, P. 1996. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus.
- CAPPJO, F. L. F. et alli (orgs.). 1995. *Rio de São Francisco. Uma caminhada entre a vida e morte*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- CARVALHO, I. M. M. de. 1987. *O Nordeste e o regime autoritário*. S. Paulo: Hucitec. SUDENE.
- CARVALHO, O. M. 1937. *O rio da unidade nacional: o São Francisco*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional.
- CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

- CHAUÍ, M. 2006. *Cidadania cultural. O direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- DEAN, W. 1996. *A ferro e Fogo. A História e Destruição da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras.
- DIEGUES, A. C. S. 1998. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- DURKHEIM, É. 1995. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes. – (Coleção Tópicos)
- ELÍADE, M. 1968. *El mito del eterno retorno*. Buenos Aires – Barcelona: Emecé Editores.
- HOLANDA, S. B. de. 1994. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6ª. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense.
- LOUREIRO, J. de J. P. 2001. *Cultura amazônica. Uma poética do imaginário*. São Paulo: Escrituras Editora.
- MARTINS, J. de S. 1993. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec.
- MARX, K. e E. F. 1979. *A ideologia Alemã*. 2ª. Ed. São Paulo: Ciências Humanas.
- OFICINA DO SÃO FRANCISCO. 1992. Recife: Congresso Nordeste de Ecologia: OXFAM.
- RIEPIER, A. 2001. *Imagens do Baixo São Francisco. A percepção da paisagem na construção da identidade da população ribeirinha*. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, PRODEMA. Dissertação de Mestrado.
- SÁ, M. do S. C. M. 2003. *Desenvolvimento, Meio Ambiente e Criminalidade*. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, PRODEMA. Dissertação de Mestrado.
- SANTOS, M. 1996. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec.
- SCHAMA, S. 1996. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia. Das Letras.
- SILVA, T. E. M. da. 1990. *As várzeas ameaçadas – um estudo preliminar das relações entre as comunidades humanas e os recursos naturais da várzea da Marituba no rio São Francisco (Alagoas)*. São Paulo: NUPAUB/USP.
- SILVA, T. E. M. e FONSECA, V. 2000. *O Projeto Irrigado Propriá: Um estudo avaliativo*. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 15. Anais, P. 150-155.
- SILVA, T. E. M. da. Irrigação, 2003. *Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente: A ação da CODEVASF no baixo São Francisco*. In: Silva, T. E. M. da. e Lopes, E. S. A. (org.) *Múltiplos olhares sobre o Semi-Árido Nordeste*. Aracaju: Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe.
- THOMAS, K. 1988. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Cia. das Letras.